



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

NADJA KARINA FERREIRA BARBOSA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E
TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRADO/PB.**

**JOÃO PESSOA/ PB
2016**

NADJA KARINA FERREIRA BARBOSA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E
TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRADO/PB.**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia, com o objetivo de obtenção de
nota para a disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso, do Departamento de
Habilitações Pedagógicas, da
Universidade federal da Paraíba.

Orientadora: Izaura M. Andrade da
Silva.

JOÃO PESSOA/ PB
2016

NADJA KARINA FERREIRA BARBOSA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E
TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRADO/PB.**

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Izaura M. Andrade da Silva
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sandra Alves da Silva Santiago
Examinadora

Prof. Dr. Fábio, do Nascimento Fonsêca
Examinador

Aprovado em _____ de _____ 2016.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Luiz Gomes e Maria de Lourdes, meus maiores exemplos de vida,
aos meus irmãos Karoline Ferreira e Rafael Ferreira e a minha sobrinha Maria Eduarda.
Há todos da minha família, dedico o meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida. Por renovar a cada momento a minha fé, esperança, saúde, minha força, confiança e disposição ao longo dessa grande jornada.

Aos meus pais, meus grandes amores. Agradeço imensamente por tudo que fizeram e fazem por mim! Obrigado pela atenção, paciência, cuidado, amor, carinho, pelo incentivo e apoio incondicional, pois sem vocês não teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos Karoline e Rafael, agradeço-lhes pela paciência, apoio, auxílio dedicada nos momentos difíceis.

A minha orientadora, Izaura pela atenção nas orientações dedicadas, no processo de construção desse trabalho,

As minhas tias Conceição e em especial Kátia, meu grande apoio nessa jornada, companheira de todos os dias, obrigado por toda atenção e dedicação para que conseguisse concluir este curso.

A UFPB, por toda assistência recebida na residência Universitária.

A todos o meu muito obrigado!

“A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações. ” (MITTLER, 2003, p.23).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como está sendo realizada a inclusão de crianças com deficiências e o transtorno do espectro autista no ensino regular, especificamente em uma escola pública que não apresenta o AEE como suporte educativo. Analisando a percepção das professoras, cuidadoras, orientadora escolar e gestora, frente a educação inclusiva considerando, os desafios e as dificuldades encontradas na inserção dos alunos no contexto da classe comum, onde a maioria dos seus colegas são ditos “normais”, e as crianças com deficiência passam a ser o diferente, e até mesmo são excluídos por alguns. A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados os questionários e a observação da prática pedagógica. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que serve de auxílio para compreensão dos caminhos a seguir para a concretização da pesquisa. Os resultados alcançados servem para mostrar a importância da inclusão para a sociedade, entretanto ainda precisa ser revista por muitos profissionais, que pensam que apenas colocar os alunos na sala de aula regular está gerando inclusão, ademais é preciso que haja uma compreensão do que de fato significa inclusão, pois vai além de inserir, requer uma promoção no desenvolvimento mediante as especificidades de cada ser.

Palavras-chaves: “Ensino regular. Inclusão. Deficiências. ”

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar la inclusión de niños con discapacidad y trastorno del espectro autista insertados en la educación general, específicamente en una escuela pública que no tiene el Especialista de Servicios Educativos. El análisis de la percepción de los profesores y responsables cuanto a la educación inclusiva teniendo en cuenta los desafíos y las dificultades encontradas en la integración de los estudiantes en el contexto de la clase común, donde la mayoría de sus compañeros son llamados "normal", y los niños con discapacidades pasan ser diferentes, y son incluso excluidos para varios. La encuesta se realizó en un enfoque cualitativo utilizando herramientas de recogida de datos, los cuestionarios y la observación de la práctica docente. Como metodología, se utilizará la literatura que sirve para ayudar a la comprensión de las siguientes rutas a la realización de la investigación. Los resultados obtenidos sirven para mostrar la importancia de la inclusión de la sociedad, pero todavía deben ser revisados por muchos profesionales, que piensan único lugar donde los estudiantes en la clase regular, está generando la inclusión, además es necesario que haya una comprensión de lo que el hecho significa la inclusión, porque va más allá entrada requiere una promoción en el desarrollo a través de las características específicas de cada ser.

Palabras clave: "Regularducación. La inclusión. Discapacidad. "

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO	21
2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil.....	23
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: LEGISLAÇÕES, NORMAS E PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO.....	27
3.1.1 A Constituição Brasileira de 1988.....	27
3.1.2 Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)	28
3.1.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90.....	28
3.1.4 Declaração de Salamanca (1994).....	29
3.1.5 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. 9.394/1996	29
3.1.6 A Lei nº 10.436/02 (Libras) e Portaria Nº 2.678/02 (Braille)	30
3.1.7 O Decreto nº 5.626/05.....	30
3.1.8 Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009	31
3.1.9 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- 2008.....	31
3.1.10 Lei nº. 13.146. De 6 de julho de 2015- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	32
3.1.11 Lei 12.764 de 2012, Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista (Benice Piana)	32
4. CAMINHOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA.....	34
4.1 Apresentação da pesquisa.....	34
4.2 Caracterização da escola campo	34
4.2.2 Aspectos físicos	35
4.3 Procedimentos metodológicos	35
4.4 Inserções no campo	36
4.4.1 Observação.....	36
4.4.2 Questionários	37
5. SUJEITOS DA PESQUISA E O COTIDIANO ESCOLAR.	37
5.1. Os sujeitos da pesquisa	37
5.2 Perfil dos entrevistados.....	38
5.3 Características das crianças com Deficiência e Transtornos observados	38

5.4	Acolhimento e interações no cotidiano escolar	42
5.4.1	TURMA A	42
5.4.2	TURMA B	42
5.4.3	TURMA C	44
6.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
6.1	Dificuldades para inclusão de crianças com deficiência E TEA na sala regular.	45
6.2	A escola pesquisada frente à educação inclusiva	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS		52
REFERÊNCIAS		55
APÊNDICE		59

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca responder aos seguintes questionamentos: Como se efetiva a inclusão de crianças com deficiência e transtorno do espectro autista na escola regular, sem o suporte do Atendimento Educacional Especializado? Como a inclusão está sendo ofertada para essas crianças de forma a incluí-los de fato? Mediante esses questionamentos é necessário o reconhecimento da importância da educação inclusiva no processo de formação do ser que muitas vezes não é visto como alguém capaz de aprender e desenvolver-se na sala regular. Não basta inserir os alunos com deficiência na sala comum, mas é preciso criar condições específicas para a inclusão e a aprendizagem.

O interesse pelo tema surgiu a partir da curiosidade e também da certeza, isto é, compreender como está sendo feita a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular no município de Sobrado\PB, já que muito se fala sobre as dificuldades encontradas para incluir crianças com deficiências no ensino regular. A escolha não foi por acaso. Na família, temos um tio que tem Síndrome de Down e até hoje aos 26 anos, matriculado no ensino regular sofre com o descaso daquele que deveria lhe amparar, isto é, o Estado. Escutamos também o mesmo discurso por parte dos profissionais que atuam no Município, que em muitos casos, não possuem sequer uma formação específica para dar suporte necessário aos alunos.

Foi com um olhar latente, curioso e aguçado pela graduação que surgiu a ideia de trabalhar o tema. Para isso, adentramos na escola, observamos um pouco os profissionais que ali atuam e tentamos perceber mais claramente se eles estão realmente preparados para receber alunos com deficiência. Pois bem, partindo do pressuposto que é preciso entender como está sendo aplicado na prática o termo inclusão no município, faremos algumas ressalvas sobre o tema citado a partir deste texto monográfico, visto que em muitos casos nossa sociedade, volta e meia, retoma um discurso retórico que inclusão existe, que tem fundamentação, é regulamentada, mas que, de fato, não favorece a todos,

pois em grande parte do nosso país o que se percebe é que ainda falta muito para evoluirmos neste fundamento.

Como metodologia, será utilizado a pesquisa bibliográfica que serviu de contribuição para nortear a pesquisa. Assim teremos as contribuições de diversos autores como: Freire, 1996; Mazzota, 1996; Sassaki, 1997, Jannuzzi, 2004 e Mittler, 2003. Que permitiram dar o ponto de partida e abriu caminhos para a efetivação da pesquisa. Também foi essencial o apoio de documentos oficiais na área tais como: a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais; e a Constituição Federal de 1988.

A pesquisa de campo partiu da observação da prática pedagógica, em salas diferenciadas, no turno da manhã durante oito dias consecutivos, utilizando um roteiro de observação para auxiliar a pesquisa, também foi utilizado o questionário para uma melhor obtenção de dados. O trabalho está dividido em seis capítulos: O primeiro momento aborda os Aspectos Históricos da Educação Especial e Inclusão para dar suporte a discussão. O segundo momento aborda as Políticas Públicas de Educação Especial: Legislações, Normas e o Plano Nacional de Educação, que asseguram o direito das Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação. O terceiro trás os Caminhos da Pesquisa – Caracterização da Escola Campo /Procedimentos e Metodologias referente a inserção no campo e as observações, após é apresentado os Sujeitos da Pesquisa e o Cotidiano Escolar em diferentes turmas, situando com as deficiências observadas as características das crianças e por fim os Resultados e Discussões a partir das análises e algumas reflexões.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Para entendermos a temática inicialmente abordamos neste capítulo o percurso histórico da Educação Especial e da Inclusão, que nos dias de hoje é o foco principal. Todavia é preciso, que haja um pleno esclarecimento do que de fato é educação especial e como ela influenciou no surgimento da Inclusão no contexto brasileiro. Focalizando as contribuições de autores tais como: Werneck, 1997, Brandão, 1995, Bueno, 1993, Lima, 1998, Gomes, 2007 e Carvalho, 2004).

Nos primórdios da civilização, na antiguidade a educação das pessoas com deficiência não existia, só por volta da idade média que foi surgindo essa preocupação. As pessoas com deficiência sofreram com intensidade ao longo da sua trajetória, por muito tempo foram excluídas do meio social, eram desprezados por todos, não participavam de nada relativo ao social, viviam nas piores condições de existência para um ser humano, isso quando sobreviviam ao extermínio, pois igualmente morriam logo ao nascer se demonstrassem ter alguma deficiência. Nesse contexto a autora Ângela Corrêa (2010, p.16) apresenta:

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidades especiais, da Antiguidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas 14 pessoas que, quando sobreviviam, não tinham outra alternativa senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente praticado naquela época.

É notório que na história da educação especial, as pessoas com deficiências passaram por grandes processos discriminatórios, desde dos primórdios na Grécia antiga como bem destaca a autora, pois consideravam a seleção como recurso de separação e segregação, para quem seria ofertado o acesso ao conhecimento.

A educação inicialmente era feita nos castelos para os nobres, com a finalidade de prepará-los para a guerra, enquanto os pobres filhos de escravos, dos servos e artesões frequentavam as oficinas de trabalho. Assim o futuro senhor e o funcionário burocrata ou de negócios particulares iam para escola livresca (BRANDÃO, 1995). As mulheres nessa época recebiam uma educação voltada para as atividades domésticas, enquanto as pessoas com deficiência não recebiam até então nenhum tipo de educação, devido a separação e exclusão da sociedade para com eles.

Bueno (1993) aborda que a Educação Especial teve início por volta do século XVI, quando começaram a educar as pessoas com necessidades especiais. Em 1970, começou a surgir a questão da integração nas salas regulares, as pessoas nesse contexto deveriam aceitar o que, já estava implementado por lei. Enquanto a educação especial é voltada para as pessoas com deficiência, a inclusiva é voltada para todos, independentemente da cor, religião, raça ou deficiência.

Foi nesse contexto integrador que a Educação especial foi tomando forma, por meio de muitas lutas e conquistas favoráveis as pessoas com deficiência, que tiveram por muito tempo o seu direito a educação negado, devido a algum comprometimento intelectual, sensorial ou físico resultante de alguma deficiência ou transtornos no desenvolvimento no qual o ser foi acometido. Neste sentido a educação especial era considerada o melhor que poderia ser ofertado para aquelas pessoas com deficiência, sendo ministrado em salas regulares ou nas instituições filantrópicas, que recebiam pequenas ajudas do estado, já que o mesmo em relação a educação das pessoas com deficiência desde de sempre foi muito omissos, mesmo assim essas pessoas usufruíam do direito de educar-se.

Com o estabelecimento das primeiras escolas em 1970 no Brasil, o sistema escolar predominante deixou um pouco de lado o seu caráter privado, para uma educação pública e para todos, que de fato não era para todos, apenas uma pequena parcela da população que tinha o auxílio do estado. E assim seguiu até os dias atuais com a marca de exclusão social no espaço escolar, principalmente para os menos favorecidos socialmente e para com as pessoas que apresentam deficiência, esses sim sofreram por grande discriminação e exclusão por parte da sociedade, pois não se apresentavam dentro da ótica histórico-cultural, que sempre impôs padrões de normalização e critérios sociais para serem seguidos. Tudo isso deriva das diferentes concepções de deficiência, presente na sociedade até hoje. Porém é notório que as diferentes concepções sobre deficiência evoluíram, “conforme as crenças, valores, concepção do homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos. ” (BRASIL, 2001, p.25)

O tempo foi passando e essas práticas pedagógicas inclusivas foram crescendo, evoluindo e se fortalecendo. As pessoas começaram a entender o significado da educação especial que no início era pouco compreendida. Diante isto, podemos perceber que houve uma consideração em relação a todos os saberes acumulados e construídos pela educação especial que serviram de auxílio para o aperfeiçoamento da educação especial, para uma

educação inclusiva, que possui um grande desafio referente ao atendimento e acolhimento, de acordo com as reais necessidades dos alunos.

A Inclusão tomou forma como um modelo da estrutura educacional que se baseia na sociedade e não nas pessoas em si, pois o problema não está nas pessoas com deficiência, e sim na sociedade que os considera incapazes de exercer papéis sociais importantes. Como destaca Sassaki:

“Os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidades no desempenho de papéis sociais” (1997:47)

Nesse contexto a inclusão é entendida como algo que vai beneficiar a todos, respeitando as diferenças de cada ser humano, já que ninguém é igual ao outro, cada um possui seu diferencial, seja ela em relação a etnia, raça, religião, deficiência ou transtornos a qual foi acometido. Werneck (1997) traduz inclusão como uma forma de humanizar caminhos, ou seja, traçar caminhos fáceis e possíveis que levem de fato à inclusão. Incluir é respeitar a diferença do outro, pois cada um possui sua própria característica.

Os movimentos que lutam pela educação inclusiva vêm sendo fortalecidos no Brasil, de forma a tornar os espaços sociais acessíveis para todos de forma igual, sem distinções preconceituosas em relação a gênero, raça, etnia, deficiências, ou qualquer tipo de restrições, respeitando as diferenças do outro.

2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil

Durante o século XIX, a educação especial começou a tomar forma no Brasil, surgindo em meio as inspirações europeias e norte-americanas, foi sendo organizada, no oferecimento de escolaridade, por meio de ações implementadas por alguns brasileiros, preocupados com o atendimento das pessoas com deficiência, físicas, sensoriais, e mentais, que a princípio foram rejeitados pelo sistema regular de ensino. De acordo com Bueno (1993, p. 24):

Todo processo de ampliação da Educação especial quer em relação à quantidade de crianças por ela absorvidas, quer na diversificação das formas de atendimento e do tipo de clientela [...], reflete a ampliação de oportunidades educacionais para crianças que, por características próprias, apresentam dificuldades para se inserirem em processos escolares historicamente construídos.

Um século após a implementação das primeiras ações para o atendimento das pessoas com deficiência, foi efetivado no Brasil por volta do século XX, nos anos de 1940 a 1970 a educação dos excepcionais, que trataria das pessoas que tinha um “talento especial”, ou seja, atribuiu as pessoas consideradas como desajustados sociais da época, que antes eram vistos como loucos ou estranhos, um sentido positivo, pois nessa nova visão eles apresentavam um grande talento para determinado conteúdo. Isso foi uma forma encontrada para superar os preconceitos existentes.

A Helena Antipoff foi a criadora da expressão educação de excepcional para referir-se aos desajustados orgânicos e sociais daquele período. Ela também se constituiu como grande incentivadora dos testes de QI, por defender a importância do diagnóstico, para determinar e diferenciar o atendimento das pessoas com deficiência. Foi responsável também pelas as classes especiais nas escolas públicas, de acordo com o problema que a criança desenvolve.

A educação das crianças débeis e anormais não podem ter êxito senão depois de estabelecido o respectivo diagnostico(...) E só depois de uma observação atenta e metódica da conduta dessa criança, de acordo com exames do médico e do psicólogo, depois de profunda reflexão acerca de todos esses lados, das observações dos exames, é que o professor terá conhecido e compreendido os seus alunos e resolvido o complexo problema da personalidade (apud JANNUZZI, 2004, p:125)

Podemos verificar que desde o princípio na educação brasileira existiu subversão entre ensino especializado, realizado por filantropia com pequenas ajudas do estado e a escola comum de responsabilidade direta do estado, que só nos anos 50 começou a ser modificado de forma mais favorável com a organização federal, mediante as campanhas de reabilitação para deficientes intelectuais, surdos e cegos. Como em qualquer lugar do mundo durante o séc. XX, o Brasil apresentou grandes obstáculos em relação à política inclusiva como direito para as pessoas pobres, pois nosso país sempre sofreu com a falta de investimentos relativos à educação, e tratando da educação especial esse fator foi crucial.

De acordo com Mazzotta (1996), a história da educação das pessoas com deficiência no Brasil se divide em dois momentos. O primeiro foi marcado por iniciativas de caráter privado e pelas políticas públicas voltadas para o atendimento dessas pessoas. Já o segundo destaca-se por ter sido o momento de iniciativas oficiais do âmbito nacional caracterizado pela definição de forma mais clara de tais políticas (p.27-28).

Surge na década de 70 a necessidade da integração social dos sujeitos que apresentavam deficiência. Foram realizados vários movimentos que tinham como principal objetivo a integração das pessoas com deficiência no ambiente escolar, consistindo em um grande avanço na conquista dos direitos para o exercício da cidadania, incentivando toda comunidade, resultando numa pressão para com o Estado no reconhecimento da educação especial como sua responsabilidade e direito.

Bueno (1993) destaca que o marco no Brasil da Educação Especial foi a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1874 e do Instituto dos Surdos-mudos em 1856, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1874, ainda no império foi iniciado o tratamento das pessoas com problemas psiquiátricos, dando a eles uma socialização, mesmo que seu tratamento fosse de forma assistencialista e institucionalista em diferentes manicômios e hospitais psiquiátricos.

Os médicos perceberam a importância da Pedagogia, criando instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos, congregando crianças bem comprometidas em seu quadro geral e que estavam segregados socialmente junto com os adultos loucos. (JANNUZZI.2004, p.36)

A preocupação para com essas pessoas pode ser compreendida como o início da segregação dos ditos diferentes pelos especialistas, já que a escolarização passou a ser algo abrangente. Foi criado em 1945, o primeiro atendimento educacional especializado para as pessoas com superdotação, na sociedade Pestalozzi. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE que buscava diferentes formas para lidar com os problemas relacionados as pessoas com deficiência mental.

Em seguida em 1961 foi elaborada a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº4.024/61, que garante o atendimento educacional para as pessoas com deficiência dentro do ensino regular, considerando a educação especial como modalidade. Com a alteração da LDB de 1961, para implementação da nova lei nº5.692/71, ficou definido que o tratamento especial, não promove uma organização para suprir as necessidades dessas pessoas, resultando no encaminhamento dessas pessoas para as classes especiais de ensino.

O atendimento educacional para as pessoas com deficiência, foi organizado pelo governo federal em formas de campanhas, e a primeira delas lançada em 1957, constituiu a campanha para educação do surdo brasileiro, com auxílio do INES- (Instituto Nacional de Educação de Surdos), que tinha como principal objetivo, gerar as medidas que fossem

necessárias para a assistência dos deficientes auditivos. Em relação a deficiência visual Mazzota (1993), destaca que no ano de 1958 foi criada a campanha nacional de educação e reabilitação dos deficientes visuais, vinculadas ao Instituto Benjamin Constant.

Um passo fundamental realizado pelo governo Federal, através do MEC foi a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, que delineou as políticas nacionais para a área, pois até a sua criação ocorriam apenas pequenos eventos de forma isolada voltados para a educação da pessoa com deficiência. Foi o primeiro órgão que ficou responsável por regulamentar a política nacional para os “excepcionais”, tendo como intuito o planejamento, coordenação e promoção do desenvolvimento da educação especial, do ensino pré-escolar ao superior, inclusive o ensino supletivo, para os diferentes tipos de deficiência e alunos com problemas de conduta e os superdotados. (LIMA, 1998, p. 42). Com o estabelecimento da nova república o CENESP é modificado para Secretária de Educação Especial- SEESP, juntamente com a Coordenadoria para integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Dentre os planos elaborados pela CENESP podemos destacar: I Plano Nacional de Educação Especial (PLANESP) para o triênio 1977/79. Que tinha como objetivo principal a ampliação do atendimento educacional aos excepcionais, que estavam inseridos no ensino regular, como também nas instituições especializadas, nas diferentes etapas de ensino.

Por muito tempo a educação especial no Brasil esteve sobre os cuidados, de um grupo determinado de pessoas que estavam ligadas a alguns movimentos assistenciais e as pessoas com deficiência, na busca pelos direitos. Quando foi estabelecido o regime militar a educação especial passou a ser administrada por coronéis e grandes generais em instituições especializadas.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: LEGISLAÇÕES, NORMAS E PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO.

O Estado Brasileiro apresenta várias Políticas referentes à educação especial, diferentes legislações e normas que asseguram o direito da pessoa com deficiência. Este capítulo pretende apresentar de forma sucinta as principais leis brasileiras e documentos internacionais que garantem a inclusão de crianças, adolescentes com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação nos diferentes sistemas de ensino.

Inicialmente os serviços da educação especial ocorriam de forma assistencial, tendo em vista um melhor cuidado da pessoa com deficiência, em seguida foram implantados atendimentos com ênfases nos aspectos psicológicos e médicos, logo após houve a integração no sistema de ensino, nas instituições. Atualmente a proposta da inclusão chegou às salas de aulas regulares, ampliando o acesso e a participação e permanência de todos os alunos independentemente de suas deficiências. E para que isso seja de fato garantido temos algumas legislações apresentadas neste trabalho de forma resumida.

3.1.1 A Constituição Brasileira de 1988

A nossa lei maior a Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, no Artigo 205 afirma que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família". Em seu Artigo 208, prevê: [...] "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de; "Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Este dispositivo legal como os demais, leva-nos a discussão da educação brasileira não só pelo viés do atendimento especializado nos sistemas de ensino regular, como benefício para a inclusão, pois só isso não garante a inclusão, mas também na forma de adaptação dos espaços públicos, como vias, transporte coletivos e etc. A constituição de 1988 também ressalta no Art. 227 que:

[...] II- criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a

eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

Pode-se observar que a Constituição de 1988 respalda o atendimento especializado, exigindo a aceitação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, como também assegurando a acessibilidade e adaptação dos espaços físicos. Em relação à legislação educacional, desde 1996 há regulamentações para que o ensino seja inclusivo de fato. Segundo demonstrado;

Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (art. 70, XXXI); 2. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão (art. 37, VIII); 3. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (art. 23, II); 4. Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, XIV); 5. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (art. 203, IV e V); 26 6)

3.1.2 Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)

Considerado como um grande marco pela luta do direito de todos a educação, mediante as necessidades básicas de aprendizagem. Serviu de grande estímulo e referência para a elaboração de políticas públicas para a educação inclusiva, e partir destas passou a ser repensado e criados muitos dos programas educacionais presentes atualmente no Brasil.

3.1.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90

Em seu artigo 55 o ECA, vem contribuir no reforço dos dispositivos legais, quando chega a determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Ou seja, é obrigação da família efetuar a matrícula dos filhos nos diferentes sistemas de ensino, e o estado tem o dever de assegurar a efetivação criando ferramentas de permanência.

3.1.4 Declaração de Salamanca (1994)

Em 1994, na cidade de Salamanca na Espanha foi realizada a Conferência Mundial de Educação Especial, com diversos representantes das nações com o intuito de reafirmar o compromisso da educação para as pessoas com deficiência, tendo como resultado a Declaração de Salamanca, um importante documento das Nações Unidas que aborda os princípios, política e prática em educação especial proclamando o seguinte:

Toda criança tem direito fundamental a educação , e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características e interesses , habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. (Salamanca, 1994. p. 01).

A declaração reafirma que toda criança tem direito a educação adequada dentro de suas limitações e cabe as instituições elaborar metologias e se adptar mediante as especificidades de cada um, visto que as aprendizagens são adquiridas de forma individual e são únicas, cada um tem sua forma de aprender.

3.1.5 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. 9.394/1996

A presente Lei nº 9.394 de 20/12/96 destina o Capítulo V inteiramente à educação especial, definindo-a no Art. 58º como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais. Essa definição garante o acesso de forma preferencial a esses alunos no ensino regular, que é um direito deles garantido pela Constituição quando cita a igualdade de direitos. Ainda em seu Art. 58º destaca as especificidades na inserção dos alunos com Necessidades educacionais especiais:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre, que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Já em seu Art.59 a LDB ressalta as garantias didáticas construídas diferencialmente nos currículos, a partir de técnicas, métodos de forma específica, adaptando quando for preciso o currículo de forma a levá-los a atingir o que for exigido para a conclusão do ensino fundamental, levando em consideração a deficiência. Além de destacar que será exigido dos profissionais docentes formação específica para atuação, tanto no nível médio como superior.

3.1.6 A Lei nº 10.436/02 (Libras) e Portaria Nº 2.678/02 (Braille)

Com a nova lei a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), passa a ser reconhecida como um dispositivo legal para comunicação e expressão que requer formas de apoio para seu uso e disfunção. Como também foi determinado pela lei a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia como obrigatórias, e nos demais como optativas. Em relação aos intérpretes, tradutores ela também apresenta que precisam ter formação específica, certificada em libras para atuação. Visa o acesso à escola aos alunos surdos na sua primeira língua Libras e a Língua Portuguesa como segunda.

Em relação ao Braille será citada a Portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova diretrizes e regras para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo a Grafia Braille para a Língua Portuguesa tendo seu uso em todo o País.

3.1.7 O Decreto nº 5.626/05

O presente decreto regulamenta a Lei nº 10.436/2002 tem como desígnio assegurar o direito da pessoa surda, considerando-o aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura especialmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

3.1.8 Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Visto que, as escolas devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo este ministrado em salas de recursos multifuncionais ou em outras instituições, cujo trabalho, deve ser realizado sem fim lucrativo. A principal função do AEE é de complementar na formação do aluno através de serviços, recursos para acessibilidade e estratégias que suprimam as barreiras para uma melhor participação na sociedade e no desenvolvimento da aprendizagem, ofertado em todos os níveis e modalidades de ensino.

3.1.9 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- 2008.

Tem como principal objetivo garantir o acesso e participação dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e altas Habilidades/ Superdotação no ensino regular, promovendo atendimento das necessidades educacionais especiais, garantindo: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a conclusão do ensino superior, dando continuidade na escolarização até os níveis mais elevados do ensino, assegurando a eles o direito ao Atendimento Educacional Especializado; dispõe que os professores devem ter formação específica para atuação no AEE (Atendimento Educacional Especializado) e os demais profissionais da educação para a inclusão escolar; ressalta que a participação da família e da comunidade é crucial em todo o processo de formação, como também destaca a importância da acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos, nos transportes, na comunicação na informação e articulação intersetorial na implementação das Políticas Públicas.

3.1.10 Lei nº. 13.146. De 6 de julho de 2015- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

O estatuto da pessoa com deficiência como também é conhecido, assegura e promove em condições de igualdade, os direitos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência tendo em vista a inclusão social e cidadania. Tem suas bases na Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, aprovados pelo Congresso Nacional, foi efetivado pelo Decreto no 186, de 9 de julho de 2008, de acordo com art. 5º da Constituição de 1988. Esta norma apresenta em seus dispositivos dedicados ao direito fundamental das pessoas com deficiência vários capítulos, entre eles o IV – Do Direito a Educação que em seu art. 2º enfatiza a característica da pessoa com deficiência, sendo aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art.27. “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.”

Essas legislações aqui apresentadas de forma sucinta, representam uma parcela das vastas legislações existentes. São as respostas das lutas que muitas pessoas com deficiência buscaram para terem uma melhor qualidade de vida. Embora não discordando da importância dos mesmos, é importante reconhecer que eles, por si só, não conseguem modificar nenhuma realidade dita como exclusiva se as pessoas não aplicarem de verdade na prática os seus preceitos.

3.1.11 Lei 12.764 de 2012, Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista (Benice Piana)

A Lei nº 12.764, foi aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pela Presidenta Dilma e publicada no dia 28/12/2012 - Lei Benenice Piana. É considerada um grande avanço na luta por direito das pessoas com Autismo. A Lei foi aprovada com o intuito de promover uma proteção contra qualquer tipo de discriminação que venha surgir contra

o seu público alvo, viabilizando assim, os direitos ao diagnóstico de forma precoce, tratamento com terapias e medicamentos como garante também o acesso à educação, aos benefícios sociais, como também ao direito ao trabalho, adequando os serviços para uma igualdade nas oportunidades.

A presente lei traz em seu texto medidas necessárias para o acesso das pessoas com autismo à saúde, educação e assistência social. O Governo Federal, elaborou por meio algumas Diretrizes de Atenção à Habilitação/reabilitação das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo no sistema Único de saúde o SUS, garantindo assim o direito universal saúde que todos nós temos, permeando também pela educação e assistência social. Em seus primeiros artigos a lei dispõe;

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

4. CAMINHOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS E METODOLÓGIA

4.1 Apresentação da pesquisa

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar como está sendo realizada a inclusão de crianças com deficiência e Transtornos do Espectro Autista no sistema regular de ensino, mediante reflexões sobre os desafios e dificuldades encontradas pelos educadores que atuam na educação infantil e ensino fundamental I, na rede pública de ensino.

4.2 Caracterização da escola campo

A escola onde foi desenvolvida a pesquisa localiza-se no Município de Sobrado, na rua João Pedro Teixeira (s/n), Zona da Mata Paraibana. Apresenta 190 crianças regularmente matriculadas na educação Infantil e no Ensino Fundamental I; no turno da manhã e tarde e à noite dispõe da EJA, para jovens e adultos; não possui sala de recursos, como nenhuma das demais escolas da cidade, e atende na sala de aula comum, seis alunos com deficiência e Transtornos globais de desenvolvimento.

A instituição foi construída em 2002, devido ao fechamento de sua antiga unidade que era localizada em outra rua da cidade. Tendo como nome Escola Municipal José Antônio de Oliveira, resultante de uma homenagem a um morador da cidade que contribuiu para a construção da história do município. Possui uma boa localização em um terreno um pouco íngreme, porém foi feito todo um trabalho de forma que as instalações ficassem com acessibilidade para todos.

Em seu quadro de funcionários apresentava até o mês de julho do corrente ano, 27 funcionários, entre cozinheiras, vigilantes, professores, cuidadoras, gestão e orientação pedagógica. Recebe recursos do PDDE (Programa de dinheiro direto na escola), do governo federal. Vale salientar que houve uma grande dificuldade para obtenção de dados para a caracterização da instituição, pois até o momento de realização da pesquisa o Projeto Político Pedagógico¹ não estava disponível pois não foi concluído.

¹O PPP da escola ainda está para ser analisado pela Secretária de Educação e todos os dados aqui mencionados foram concedidos a partir de diálogos com a gestora

4.2.2 Aspectos físicos

No geral a escola dispõe de cinco salas de aulas, diretoria, sala dos professores, cozinha, pátio, três banheiros (um para os funcionários e dois com divisórias de três ambientes para os alunos), biblioteca e área verde. A acessibilidade foi levada em consideração, já que, rampas foram construídas para o acesso ao prédio, facilitando assim a locomoção de alunos com deficiência física ou motora.

4.3 Procedimentos metodológicos

A Escola José Antônio de Oliveira, que é tida como referência no município. Por isso a escolha da instituição para o desenvolvimento da pesquisa, visto que, na escola desenvolve-se uma proposta pedagógica considerada como inclusiva.

Em uma abordagem qualitativa utilizou como instrumentos de coleta de dados, questionários e a observação da prática pedagógica. Segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa envolve um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo uma tradução e expressão do sentido referente aos fenômenos do mundo social, reduzindo assim a distância entre teoria e dados. Já a teoria nas pesquisas etnográficas segundo o mesmo autor, tem um papel crucial em todos os momentos: desde a formulação do problema, passando pela elaboração de perguntas que orientam a coleta de dados; dialogando com a experiência encontrada no campo; revendo princípios e procedimentos; na sistematização dos dados, bem como para suas análises e interpretações.

Questionários foram utilizados na coleta de dados para mostrar cada especificidade dos professores, cuidadores, orientadora educacional e gestora, em seu grau de atuação em nível profissional.

Severino (2007) traz um conceito de questionário como um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que tem por objetivo, levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com o intuito de conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. Seguindo essas ideias os questionários foram elaborados para quatro seguimentos, professores, cuidadores, orientadora e diretora da instituição, que atuam com crianças com deficiência e TEA. Foram elaboradas questões relevantes de forma apropriada com objeto e claramente formuladas. Para os professores foram construídas

doze questões de respostas subjetivas que requerem do sujeito a elaboração de repostas com suas próprias palavras, mediante um olhar pessoal, para as cuidadoras dez questões no mesmo seguimento, para orientadora sete questões e por fim para diretora com seis questões.

4.4 Inserções no campo

A inserção no campo foi realizada inicialmente com a visita a instituição para a apresentação da pesquisa aos responsáveis pela mesma, a direção e coordenação pedagógica. O objetivo era conseguir a autorização para as observações da prática educativa na sala de aula que tivesse alunos com deficiências e TEA. E assim foi feito. Naquele mesmo dia iniciou-se as observações que seria em três salas diferentes, no turno da manhã, apenas quatro crianças tinham deficiências e Transtornos de desenvolvimento, de acordo com os laudos médicos apresentados.

4.4.1 Observação

A pesquisa foi realizada a partir de observações da prática pedagógica, seguindo um roteiro (ANEXO 1) com vários pontos demarcados, na busca do entendimento de como está sendo a inclusão de crianças com deficiência e TEA no contexto escolar, na sala de aula regular como nos demais espaços da instituição.

A observação se caracteriza como uma forma de investigação que utilizar o olhar como ferramenta como destaca Freire (1996)

Nesse sentido a ação de olhar é um ato de estudar a si próprio, a realidade, o grupo à luz da teoria que nos inspira. Pois sempre “só vejo o que sei” (Jean Piaget). Na ação de se perguntar sobre o que vemos é que rompemos com as insuficiências desse saber, e assim, podemos voltar à teoria para aplicarmos ao pensamento e nosso olhar.

O trabalho de observação foi realizado durante oito dias, de segunda a quinta feira das 07:00 hs até as 10:50 hs da manhã, em três salas de aula: pré-1, 1º ano e 3º no do ensino fundamental. Com o uso da observação é possível conhecer mais de perto como acontecem os fatos, e as diferentes ações, falas que podem ser descritas a partir de anotações.

Para Laville e Dionne (1999, p. 154), “a riqueza da informação está ligada também ao fato de que se encontrem os comportamentos reais, frequentemente distantes dos comportamentos verbalizados.”

4.4.2 Questionários

Os questionários foram elaborados com base em questões subjetivas, abertas e pessoais para que os entrevistados pudessem colocar suas ideias diante do que foi solicitado. Ficando divididos entre professores e cuidadores, gestora e coordenadora pedagógica. Cada um foi elaborado de acordo com cada função dos profissionais entrevistados, identificação do sujeito, formação acadêmica, tempo de atuação na instituição, bem como questões sobre seu procedimento de ensino e como a escola está fazendo para receber seus alunos com deficiências. (Apêndice 1).

5. SUJEITOS DA PESQUISA E O COTIDIANO ESCOLAR.

5.1. Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos participantes da pesquisa foram: três professoras da educação básica da

Escola Municipal José Antônio de Oliveira, duas cuidadoras das crianças com deficiência e TEA, a orientadora educacional da instituição e a gestora.

5.2 Perfil dos entrevistados

A seguir, apresentaremos quadros com as características das professoras e cuidadoras selecionadas para as observações da prática pedagógica e aplicações de questionários, para melhor entendimento dos dados a respeito dos sujeitos da pesquisa².

Quadro 1 - Características das professoras e cuidadoras

Professoras	Formação inicial	Tempo de trabalho na escola	Turma
Roberta	Formação em Ensino Superior (Pedagogia)	3 anos	Pré-1.
Rosa	Magistério em programa Especial de Graduação em Pedagogia, Licenciatura em Pedagogia em andamento	2 anos	1ª ano A.
Aline	Magistério curso normal e Graduanda em Pedagogia	6 meses	3º ano A
Cuidadoras	Formação inicial	Tempo de trabalho na escola	Turma
Luana	Licenciada em Ciências Agrárias e graduanda em Pedagogia	1 ano e 8 meses.	3º ano A
Maria	Ensino Médio e iniciou a graduação em Pedagogia	2 anos	1º ano A

Fonte: Elaborado pela autora

5.3 Características das crianças com Deficiência e Transtornos observados

Os dados referentes aos educandos foram coletados junto com a direção da escola que possuem uma lista referentes aos alunos com NEEs, cuja sigla significa:

² Todos os nomes utilizados são fictícios, para preservação da identidade de todos os envolvidos na pesquisa

Necessidades Educacionais Especiais. Com essas informações, foi elaborado uma ficha de informações (Apêndice I), que serviu de auxílio para uma melhor coleta dos dados, em relação a cada aluno.

São exatamente quatro alunos que possuem diagnóstico e laudos referentes a: Paralisia Cerebral, Surdez e Transtorno do Espectro Autista no turno da manhã na escola campo. As informações referentes às especificidades dos alunos ainda são algo de pouco conhecimento por parte dos professores e responsáveis pela instituição, lidar com eles no ensino regular ainda é algo um pouco desconhecido.

Eis algumas conceituações sobre as deficiências e transtornos de cada aluno junto com suas características observadas na citada instituição:

O *Gael*², educando com 4 anos, foi diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista leve, assim conta em seu laudo médico, tem um problema na perna os seus pés são tortos e utiliza botas para correção do passo. É muito inteligente, conhece algumas letras do alfabeto, as vogais, as cores, formas geométricas, animais, conhece as histórias bíblicas, é muito carinhoso e comunicativo, porém em relação ao seu comportamento apresenta grandes variações, chega agitado, se joga pelo chão, pega os brinquedos dos colegas, corre pela sala de aula falando palavras aleatoriamente, chora se for contrariado. E para conseguir conter essas reações a docente interfere, colocando-o mais próximo possível de seus olhos e assim, consegue contê-lo um pouco. É uma criança que prefere brincar sozinho sempre com movimentos repetitivos ou junto da professora, pouco interage com os colegas. Sua coordenação motora fina é boa, pinta como qualquer outra criança em sua idade e está desenvolvendo bem, acompanhando as atividades juntamente com os colegas.

Para Gauderer (1977), este é um conflito comportamental e emocional, resultante de algum tipo de comprometimento orgânico cerebral, e não de origem psicogênica. O autor define como suas características, uma diminuição do ritmo do desenvolvimento psiconeurológico, social e linguístico, bem como ouvir, ver, tocar, sentir, equilibrar e degustar. Em relação ao comportamento social em relação com pessoas, objetos ou eventos é feito de uma forma não usual, que nos leva a acreditar que haja algum comprometimento orgânico do sistema nervoso central

O *Noah*³ é uma criança com 7 anos de idade que sofreu Anóxia⁴, que provocou a Paralisia cerebral, que o impede de andar, falar, se locomover. É cadeirante e estuda na escola há dois anos. Apresenta rigidez nos membros superiores, segura as coisas com dificuldade, não consegue se alimentar sozinho, é uma criança muito esperta e alegre, sorri o tempo todo. Possui movimento Espásticos, devido a característica de sua paralisia, ocasionada por lesão no sistema piramidal.

Bobath (1978) define a PC como “uma desordem do movimento e da postura devida a um defeito ou lesão do cérebro imaturo”. Essas desordens são permanentes e afetam os movimentos juntamente com a postura. Essas disfunções cerebrais resultam na perda dos movimentos e sensações para realização de atividades físicas e mentais.

A criança estuda no 1º ano do fundamental, é aparentemente quieto, porém as vezes fica muito nervoso, e a intensidade de seus movimentos espásticos é aumentada e se movimenta com muita força. Suas atividades correspondem apenas ao que ele consegue realizar com auxílio da cuidadora segurando a sua mão, pois joga os lápis no chão, isto é, como não consegue segurar direito e sem nenhum tipo de adaptação adequada para tanto. A falta de conhecimento de como trabalhar com essa criança é imensa, sua professora específica que o mesmo só vem divertir, sorrir, e não aprende nada, devido a paralisia que foi acometido. Na visão dela ele não irá ter algum desenvolvimento. O mesmo não é diferente ou inferior a qualquer outra criança, porém é singular, ou seja, ele aprende por outros caminhos, que compensam a falta de experiências motoras, dentro das necessidades da criança.

A *Flor de Lis*⁵ é uma menina com nove anos, que foi diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista leve, apresenta dificuldade de aprendizagem e é muito agitada, fala poucas palavras, não consegue ficar parada por muito tempo, sua concentração para realizar atividades não é satisfatória, gosta de ficar passeando na escola, costumar pedir de forma repetitiva para ir ao banheiro, gosta de desenhar, sempre riscando seu caderno, gosta de olhar livros, sua coordenação motora fina está em desenvolvimento, com auxílio consegue cobrir palavras, pois desde os quatro anos de idade frequenta a escola regular,

³Nome fictício;

⁴É a ausência de oxigênio no cérebro como agravante da hipóxia que se refere ao baixo teor de oxigênio causado por alteração no transporte do mesmo ao nascimento.

⁵Nome fictício.

porém isso vem constantemente sendo trabalhado. Estuda no 1º ano, mesmo ano que o *Noah* e são atendidos pela mesma cuidadora.

Podemos definir o transtorno do Espectro Autista como um transtorno do desenvolvimento neurológico, presente em crianças desde nascimento, mas com o tempo nos primeiros anos de vida é que pode ser identificado. Os sintomas do Autismo leve podem surgir tanto de problemas na comunicação, socialização, como também no comportamento, ou seja, a criança, tem dificuldades para falar, se expressar, manter relacionamentos com outras crianças, e possui fixação por alguma coisa de modo repetitivo.

Os Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) referem-se a um grupo de transtornos caracterizados por um espectro compartilhado de prejuízos qualitativos na interação social, associados a comportamentos repetitivos e interesses restritos pronunciados.
BRENTANI (2013)

*Gaia*⁶ aluna do 3º ano A com nove anos de idade, diagnosticada com Surdez unilateral com perda total no lado esquerdo e no lado direito ainda possui o resíduo mínimo, e consegue ouvir alguns ruídos, mesmo que ecos, barulhos muito distantes. Não conhece a língua de sinais e isso causa um grande problema na sua comunicação, pois ela não tem comunicação oral, consegue comunicar-se apenas por gestos, gritos e leitura labial, pois é a forma que ela aprendeu para comunicar-se em casa.

É uma menina muito agitada, corre, pula quase o tempo todo na sala, se arrasta pelo chão bate nas paredes, manter ela sentada é uma tarefa muito árdua, o tempo todo sua cuidadora fica ao seu lado e é quem também elabora suas atividades. Quando fica calma por alguns instantes é para tentar entender tudo que está acontecendo a sua volta, sempre tentando captar sons, devido ao grande barulho que as outras crianças fazem, ela reproduz as mesmas coisas. A sua deficiência, a surdez ou a hipoacusia⁷, que pode afetar um ou dois ouvidos, no caso, a garota apresenta a perda auditiva profunda em um e o outro consegue ouvir o mínimo sendo uma perda unilateral.

⁶Nome fictício

⁷Hipoacusia é um termo também utilizado para definir a perda auditiva.

5.4 Acolhimento e interações no cotidiano escolar

As observações das práticas pedagógicas ocorreram durante oito dias no mês de agosto no turno da manhã na já mencionada escola e em diferentes salas, onde as professoras recebiam alunos (as) NEEs. Para facilitar a caracterização das turmas serão intituladas de turmas A, B e C apresentando de forma sucinta o contexto em que as observações aconteceram.

5.4.1 TURMA A

A turma A, refere-se ao pré-1, no turno da manhã com 15 educandos entre 4 a 5 anos, e entre eles há um garotinho com 4 anos com Transtorno do Espectro Autista leve, o *Gael*. A professora Roberta é formada em Pedagogia e trabalha a três anos na escola investigada. Os alunos são bem receptivos, a professora faz planejamento para todos. Há interação com a criança com TEA, que por sinal é muito inteligente, já conhece as vogais, o alfabeto, os animais, conhece histórias bíblicas, os números e sua coordenação motora fina é boa. Só apresenta variações de comportamento, tem dias que chega muito agitado, chora por qualquer coisa, inclusive se for contrariado, fala palavras aleatórias e gosta de pegar os brinquedos dos colegas que evitam em emprestar e isso o deixa muito nervoso, até que a professora chega e intervém de alguma forma. O aluno observado gosta muito de brincar sozinho, sua socialização com os colegas é pouca, sua intenção para com eles até o momento das observações se destinava apenas no intuito de pegar os brinquedos diferentes que eles traziam para a sala de aula, isso chamava a atenção do garoto, suas brincadeiras na maioria das vezes são de forma repetitiva.

5.4.2 TURMA B

Refere-se ao 1^a ano A, do turno da manhã com 20 alunos, e dois alunos apresentam necessidades educativas especiais, referente a deficiência e Transtornos que eles foram acometidos desde o nascimento. A turma apresenta bom comportamento, os alunos são interessados e participativos e lidam bem as duas crianças ditas por elas que são “especiais”, entendem que eles precisam de apoio da cuidadora para fazer as atividades, pois isso foi trabalhado no início do ano letivo com pela professora. Os alunos aqui citados são o *Noah* e a *Gaia*. O *Noah* tem sete anos de idade apresenta a Paralisia

Cerebral Espástica, derivada da anóxia perinatal tem problemas na locomoção e faz uso da cadeira de rodas, a sua cadeira é escolar adaptada. Já a *Gaia* com nove anos, apresenta o transtorno do espectro autista leve, desde dos quatro anos frequenta escolas regulares. As duas crianças apresentam dificuldade de aprendizagem, a *Gaia* é muito agitada, não consegue focar em uma atividade, gosta de ficar passeando na escola e repete isso por inúmeras vezes. Sua fala não desenvolveu corretamente, fala poucas palavras, então se comunica, apenas por barulhos, gestos para chamar atenção.

O *Noah* possui pouca coordenação motora, contudo suas especialidades não são trabalhadas em sala. A professora Rosa, se dedica na elaboração de aulas apenas para as crianças ditas “normais”, e as duas crianças ficam em um canto da sala de aula, sob responsabilidade da cuidadora Josefa, que tenta de alguma forma contribuir para o desenvolvimento das crianças e, por não ter uma formação específica para lidar com as dificuldades das crianças pouco resolve, é extremamente carinhosa.

Os alunos gostavam das atividades que a professora desenvolvia, pois eram variadas e de acordo com o conteúdo apresentado. Porém, o atendimento por parte da professora com as crianças com deficiência e TEA, era de grande exclusão, parecia até que eles não eram da turma; eles ficavam sentados do lado direito da sala, junto com à parede quase no final da sala e a professora só interagia quando algo acontecia fora da normalidade, como por exemplo: Muito barulho por parte da *Gaia*, muito movimento espásticos⁸ por *Noah*, falava com eles para pararem e solicitava que a cuidadora intervisse naquilo que estava acontecendo, pois atrapalhava sua aula com os outros alunos. Em nenhum momento foi observado interação professor\aluno de forma motivadora e contextualizada. Tão pouco na realização de atividades, pois isso ficava por conta da cuidadora, que além de cuidar, ajudar para ingestão dos alimentos e higiene, e tinha que ficar responsável pelas atividades para cada dia sem qualquer tipo de intervenção da docente, pois a mesma só repete o mesmo discurso, - “eles não acompanham a turma”.

⁸ Espasticidade é um distúrbio de controle muscular que tem por característica rigidez nos músculos ou intensidade, que provoca uma incapacidade de controlar os músculos. Causada por desequilíbrio nos sinais a partir do sistema nervoso central (cérebro e medula espinal) para os músculos.

5.4.3 TURMA C

A turma C constitui-se do 3^a ano A, com 20 alunos regularmente matriculados e uma que apresenta a Surdez, unilateral com perda total no lado esquerdo e no direito possui resíduo mínimo. A professora responsável é a Aline, possui Magistério curso normal, Graduanda no curso de Pedagogia e trabalha na instituição há 6 meses. A turma é a considerada mais problemática da escola (fala dos funcionários), e nas observações também foi evidenciado alguns aspectos que nos levou a acreditar que sim, principalmente devido ao comportamento aparente dos alunos. As crianças entre 10 e 11 anos são muito agitadas, fazem muita bagunça na sala de aula, e a professora por sua vez, possui uma autoridade mínima, pois a maioria das crianças não apresentam nenhum tipo de respeito para com ela, e é necessária uma vez ou outra levar alguns alunos para coordenação por falta de bom comportamento dentro da sala de aula.

A sala é muito barulhenta e para conter os alunos é muito difícil, a professora grita e reclama muito com os alunos. Em decorrência de toda essa movimentação na sala a criança com surdez, fica a maioria do tempo agitada, se movimenta muito na sala, pula, faz ruídos e a cuidadora a todo o momento tenta contê-la, porém é complicado, devido toda a movimentação do ambiente, e assim os alunos ficaram por um bom tempo. Apenas na hora da atividade a movimentação é razoavelmente controlada, porém quando respondem a atividade, eles voltam com toda aquela agitação.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para contribuir com os resultados dessa pesquisa fez-se necessário a elaboração de algumas reflexões em relação a inclusão da criança com deficiência e TEA no ensino regular, respaldadas em autores que discutem a inclusão e aprendizagem. Para tanto, foi aplicado o questionário com três professoras, com duas cuidadoras, orientadora educacional e gestora, como também houve a observação da prática pedagógica em diferentes salas de aula da Escola José Antônio de Oliveira.

6.1 Dificuldades para inclusão de crianças com deficiência E TEA na sala regular.

Um dos principais pontos a serem discutidos como dificuldades para inclusão, diz respeito a má formação dos professores da presente instituição. Mediante ao que foi observado no contexto da sala de aula, a maioria dos professores que ali atuam não possuem uma capacitação em torno das deficiências, pouco sabem como lidar com essa nova demanda de alunos. Sem esse conhecimento específico o trabalho que está sendo realizado não garante aos alunos o pleno desenvolvimento de suas habilidades, isto é não há autonomia e confiança suficiente no que está se realizando que deveria ser feito, realizando.

A aprendizagem se efetiva na interação social dentro de um determinado momento histórico, requerendo o uso de mediadores para o processo criativo, por meio de diferentes estratégias pedagógicas que possibilitam o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e a vida produtiva – condições essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania. (FUNGHETTO, 2005).

Como aborda o autor a aprendizagem se efetiva por meio da interação social, realizada por de mediadores com diferentes estratégias pedagógicas para socializar os conteúdos construídos ao longo da história, para a inclusão social. Porém como adaptar os conteúdos para os alunos com necessidades educacionais especiais, se os profissionais não possuem o conhecimento específico para atuação? A maioria dessas professoras são contratadas por indicações políticas, sem ao menos possuírem uma graduação, apenas o magistério. E assim elas atuam, sem saber como trabalhar com essas crianças, desenvolvem apenas suas atividades seguindo o currículo dos ditos “normais”, porque esses acompanham os conteúdos daquele determinado ano. Delegam então essa tarefa aos

cuidadores, que por sua vez tão pouco tem um conhecimento abrangente da necessidade das diferentes aprendizagens, resultando em uma exclusão inclusiva.

“A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos os estudantes possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornar-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados.” (MITTLER, 2003, p.236)

No questionário aplicado para as professoras foi questionado: como é o processo de receber alunos com deficiência e TEA na sala de aula? E obtivemos as seguintes respostas:

“Com dinâmica de acolhimento” (PROFESSORA 1)

”Normal”. (PROFESSORA 2)

“A princípio a diretora comunica a chegada do aluno, procuramos informações a respeito do grau de deficiência, para em seguida, trabalhar uma metodologia que possa inserir a criança na sala de aula”. (PROFESSORA 3)

Em outro tópico referente a elaboração do plano de aula para a turma foi questionada se elas pensavam nas crianças com deficiências as respostas foram variadas e curiosas;

“Não, o plano para crianças com deficiências é adaptado com as necessidades deles” (PROFESSORA 1)

“Sim” (PROFESSORA 2)

“Sim, as atividades são realizadas de forma diversificada de acordo com o desenvolvimento de cada criança” (PROFESSORA3)

O que podemos perceber nesses questionamentos, refletindo sobre as respostas das docentes, juntamente com o que foi observado em sala de aula, é que: além da falta de preparo dos profissionais e do pouco conhecimento sobre os métodos de como proceder para com esses alunos é muito clara, apenas uma docente se interessa realmente em desenvolver as potencialidades dos alunos, enquanto as outras docentes responderam no primeiro quesito de forma contraditória, visto que na realidade não existe dinâmica de acolhimento, tão pouco a inserção que elas apresentaram, se o que foi visto no dia- a dia da sala de aula, está bem diferente das respostas apresentadas. Uma das docentes respondeu que não pensa na hora de elaborar o plano de aula, isto é, as crianças com deficiência ficam no escanteio, ou seja, esquecidos por parte da professora, mesmo que tenha dois alunos com deficiência em sala ela não planeja contanto com a participação deles, isso só vem revelar que os alunos são algo a parte.

Se o profissional não busca ter conhecimento, preparar aula para todas as especificidades, fica difícil ter uma prática inclusiva, todos são diferentes possuem necessidades educativas diferenciadas, uns aprendem mais rápidos, outro lentamente, sendo assim porque não incluir as crianças com deficiência e transtornos elaborando dinâmicas diferenciadas, pensando primeiramente neles, com certeza, todos aprendiam mais e seria bem prazeroso para todos.

Neste sentido Diniz e Rahme (2004) apontam que é preciso que haja uma mudança na lógica predominante: rompendo com a perspectiva do déficit e caminhar para a perspectiva da produção. Assim, “[...] o educador e a educadora teriam de buscar conhecer melhor a originalidade e a dinâmica do sistema de aprendizagem de seus alunos, para ajudá-los a encontrar o caminho das possíveis conquistas” (DINIZ; RAHME, 2004, p. 121).

As professoras colocam a responsabilidade para as cuidadoras, que além de cuidar das necessidades básicas dos alunos como higiene, alimentação, dedicando integralmente a eles sua atenção, ainda devem elaborar atividades, aliás atividades que em sua maioria era apenas uma cópia com algo para colorir, cobrir ou escrito no caderno alguma atividade, sem nenhum contato com as professoras, um conteúdo à parte. Há uma contradição na função do cuidador muito evidente, pois a função que está sendo praticada com as crianças vai além de auxílio, parte para realização de atividades e cuidados.

Questionadas em relação ao que entendiam por sua função as cuidadoras entrevistadas responderam o seguinte:

“Minha função é fundamental para eles, pois ajuda no desenvolvimento, ajuda a interagir com as demais crianças, descobrindo um mundo diferente do qual eles vivem”. (CUIDADORA 1)

“Auxílio no desenvolvimento social, assim como trabalho visando a autonomia nos cuidados e nas realizações das atividades escolares. ” (CUIDADORA 2)

Em sala de aula segundo Almeida (2014), um cuidador deve acompanhar individualmente cada estudante com deficiência para que ele consiga realizar atividades escolares e necessidades básicas, como ir ao banheiro, comer ou se comunicar. Ou seja, é um papel de auxílio para o professor que muitas vezes não consegue cumprir sozinho diversas funções, pois são muitas crianças para serem atendidas ao mesmo tempo.

Porém, o problema evidenciado não está apenas nas docentes e sim na maioria dos profissionais que ali atuam, não por falta de vontade e sim por conhecimento mesmo para atender a todos os alunos em relação às suas especificidades.

A Resolução CNE/CP nº 1/2006 dispõe sobre a perspectiva inclusiva, definindo que as instituições de ensino devem prever, em sua organização curricular, a formação docente voltada para a atenção à diversidade, contemplando os conhecimentos nas especificidades dos alunos. Na teoria esse direito realmente é assegurado, porém na prática no contexto da sala de aula regular na escola pesquisa, os docentes tão pouco têm uma formação voltada para atender às diversidades dos alunos, ficando assim, cada vez mais distante em sua maioria de uma inclusão que respeite as diferenças.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar para esta ou aquela deficiência /e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um, (MANTOAN, 2003, p.7).

Na questão referente à avaliação do processo de educação inclusiva, considerando pontos positivos e negativos foram obtidas as seguintes respostas:

“É um direito da criança independentemente da sua deficiência, considerando importante para a vida de uma criança junto à família. Pontos positivos é a inclusão no meio, ou melhor “ conviver ” com diversas pessoas de diferentes etnias. Os negativos seria, um suporte a altura para com os educadores, porque não é tarefa fácil e sim desafiadora. ”. (PROFESSORA 1)

“Positivo: que elas participem de todos os eventos, como uma criança normal. Negativos: Preparação para os professores, que são pouco preparados para receber as crianças com deficiência. ” (PROFESSORA 2)

“A educação inclusiva vem se expandindo na sociedade de modo auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral, contribuindo para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusiva e sem preconceito. ” (PROFESSORA 3)

Outros aspectos relevantes frente à inclusão é a falta de apoio em relação à pesquisa na área da educação especial: a formação no curso de Pedagogia e Magistério de algumas das professoras não foi suficiente para que se sentissem confiantes, com os subsídios necessários para a prática docente.

Quanto a isso uma questão foi levantada para as docentes com o intuito de se auto avaliar em relação ao trabalho que elas estão realizando frente aos alunos com deficiência e Transtornos, como também as questionando se elas se sentem preparadas para atender às necessidades desses alunos.

“Não, pois sempre temos o que aprender, é sempre um desafio...” (PROFESSORA1).

“Sim, depende da deficiência da criança. ” (PROFESSORA 2)

“Continuamente, no entanto em termos de formação na área de educação especial não possuo especialização.” (PROFESSORA 3

6.2 A escola pesquisada frente à educação inclusiva

Como a escola ainda está no processo de construção do seu currículo e de todos os outros documentos, podemos ter uma esperança que talvez isso consiga ser modificado ao longo do tempo. Agora ao que se refere às crianças com deficiências percebe-se que não há uma preocupação eminente em saber de fato como lidar com suas especificidades, todavia o pouco conhecimento e apoio que recebem não são suficientes para garantir também um trabalho significativo.

“A inserção dos alunos com deficiência está sendo feita de forma dinâmica e prazerosa. Um novo desafio para todos os funcionários que atuam na mesma, precisamos ampliar e diversificar nossa prática para facilitar o prazer de aprender e perceber as dificuldades que possam ocorrer. ” (ORIENTADORA³)

“A inserção está sendo realizada de forma a colocar pessoas capacitadas para melhor orientá-las. Olhando para estes alunos de forma individualizada e colaborativa, contemplando suas habilidades e dificuldades no aprendizado em grupo”. (DIRETORA³)

De acordo com as leis e políticas pedagógicas existentes voltadas para a educação, todas as escolas públicas tem o direito de participar de programas governamentais que disponibilizem materiais para atender a realidade de cada ambiente escolar. Porém muito do corpo de professores da escola não possuem uma especialização em educação especial e por isso deixa margem para as contratações por auxílio de pessoas influentes, o que vai impactar diretamente na maneira de transmitir o conhecimento adquirido para as crianças que a cada dia que passa não recebem o merecido acolhimento.

A escola no contexto inclusivo, precisa ser vista como um ambiente social que pense a educação como um ato político, além de pedagógico, que valoriza as pessoas como ser social e histórico que vê seus alunos como sujeitos da própria aprendizagem e capazes de repensar tais aprendizagens de modo cívico e reflexivo. (CARVALHO, 2004, p.55)

Para que haja uma educação inclusiva, seria necessário que houvesse profissionais realmente capacitados para atender essas crianças, com espaços adaptados, pois sabemos que na maioria das escolas isso ainda está muito distante. Na escola pesquisada por ser uma construção recente até apresenta em sua estrutura adaptações estruturais que visam acolher de forma adequada todas as crianças com rampas de acesso, bom espaço físico, banheiros adaptados para crianças cadeirantes, por isso não deixa de ser um local acolhedor, porém ainda falta muito para atender as características de cada indivíduo. Segundo MITTLER, 2003, p.25)

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui um currículo coerente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas, ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, em como as oportunidades de esporte, lazer, recreação.

Podemos perceber também que entre as principais dificuldades encontradas por essas profissionais frente à inclusão de estudantes com deficiências e transtornos, derivam da falta do atendimento educacional especializado que na instituição como nas demais do município não apresentam, isso dificulta ainda mais a inclusão das crianças, no que diz respeito a um melhor atendimento de forma específica, alguns tem esse atendimento na FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência) em João Pessoa, porém é algo totalmente distante da realidade da sala de aula dos alunos, não tem uma colaboração com o ensino comum, por parte dos responsáveis.

Mediante a falta do AEE na instituição, foram questionadas as cuidadoras e as professoras a mesma questão, a respeito de uma sala de recursos, se a escola tivesse as crianças teriam um melhor atendimento, e elas afirmaram:

“Sim, com certeza seria valido e essencial para o desenvolvimento deles, além de facilitar mais o meu trabalho. ” (CUIDADORA 1)

“Sim, pois trabalharia outros aspectos de maneira a obter maiores resultados com a relação ao desempenho de cada aluno com deficiência, pois a sala iria desenvolver um trabalho mais individual e em cima da deficiência da criança, ou seja, um trabalho mais específico. “ (CUIDADORA 2)

“ Com toda certeza, sem falar que o rendimento individual do aluno só melhoraria... ”. (PROFESSORA 1)

“ Sim ”. (PROFESSORA 2)

“Sim, acredito que seu desenvolvimento seria melhor. ” (PROFESSORA 3)

O atendimento educacional especializado é garantido por lei definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que garante a gratuidade do atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo oferecido de forma transversal em todos os níveis, modalidades e etapas, na rede regular de ensino.

Porém, algumas cidades e municípios, infelizmente não estão cumprindo com o que está estabelecido. E assim quem mais sofre com o descaso são os que mais precisam, ou seja, as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e AH/SD, que ao invés de terem um melhor atendimento estão recebendo nas escolas um atendimento precário. Algumas crianças, incentivados exclusivamente pelos seus pais, uma vez por semana, no máximo, vão para FUNAD e recebem atendimento no AEE, uma instituição.

Não há dúvidas que estamos em um momento da sociedade que precisa ser pensado de fato o papel real da escola e seu compromisso para formação do cidadão, neste tão falado, mundo, científico e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em suma procurou ressaltar, aclarar, mostrar e fundamentar a importância da inclusão na formação das crianças com deficiência e transtornos do espectro autista, no ensino regular. Para isto foi necessário adentrar no contexto escolar, em diferentes salas de aula, com objetivo de observar as práticas pedagógicas de diferentes professores em atuação na já mencionada instituição que se localiza na cidade de Sobrado/PB.

Neste contexto foi possível perceber um pouco como a inclusão das crianças com deficiências e TEA, vem sendo realizada. Já que com todo fortalecimento da educação inclusiva que vem se desenvolvendo dia após dia, as escolas não se encontram realmente preparadas para o atendimento de forma específica em relação a esses alunos, visto que em sua maioria, não apresentam o atendimento educacional especializado (como é o caso, da nossa discussão). Vale salientar que as escolas estão tentando se adaptar com essa nova demanda que vem surgindo cada dia mais no cenário educativo, porém, o que está sendo apresentado ainda está muito distante do que realmente se espera para termos uma educação inclusiva, de fato que respeite as diversidades dos alunos, desenvolvendo principalmente suas aprendizagens.

É importante destacar que a inclusão, não é tarefa fácil, principalmente no nosso contexto brasileiro, despreparado, tanto pelos profissionais que recebem esses alunos no ensino regular, como o próprio sistema em si, que aparentemente apresenta aceitação dos alunos, mas que na realidade em sua maioria apresenta uma forte segregação ou separação e acabam não realizando o que a legislação prevê.

Nesse passo, a temática aborda em primeiro lugar a História da Educação Especial e inclusão, desde dos primórdios na Grécia antiga até a consolidação como educação inclusiva, visto que ao longo da história da educação as Crianças com deficiência, passaram por muitos desafios, desde discriminação, não aceitação e extermínio. Nesse contexto foi destacado alguns aspectos sobre a história da educação especial no Brasil, que desde sempre apresentou grandes barreiras para efetivação da política inclusiva como direito para as pessoas pobres, visto que a falta de investimentos

para a educação sempre foi grande e no que diz respeito a educação especial isso se agrava ainda mais.

Todavia as legislações que asseguram o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação, são muito claras e objetivas, como vimos de forma sucinta, no segundo capítulo, voltado para a apresentação das Políticas de Natureza Nacional para a educação especial: Legislações, Normas e Plano Nacional de Educação. Que dentre as existentes, destacamos algumas consideradas no ponto de vista da pesquisadora de grande importância.

Nesse passo o estudo abordou no terceiro momento, os caminhos da pesquisa, mediante os procedimentos metodológicos, utilizados para caracterização da instituição, e inserção no contexto escolar, com a aplicação dos métodos da pesquisa para coletas de dados.

Em seguida dando continuação no quarto momento são mencionados sujeitos pesquisados, o cotidiano escolar e a característica dos alunos e deficiências investigadas, juntamente com a definição de cada uma, bem como o acolhimento e interações realizadas nas turmas A,B e C.

E por fim, para apresentar os resultados da pesquisa, foi construído algumas reflexões, a partir da análise das observações e respostas dos questionários aplicados, com o primeiro foco sobre as dificuldades encontradas para a inclusão de crianças com deficiência e TEA no contexto a sala regular. Como também teve destaque a escola pesquisada frente a educação inclusiva, frente a isso foi observado como é importante o PPP, da escola para dar autonomia na efetuação de práticas dos professores, já que a presente instituição, não apresenta um currículo a ser seguido que vise a educação inclusiva, o que vai ser ofertado vai de acordo com a vontade dos professores ou responsáveis pelos alunos na instituição.

Porém, podemos ter esperança numa possível mudança, pois pensar em uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, em relação as diferenças, independentemente de qualquer que seja a raça, cor, opção sexual ou deficiência do sujeito pois a inclusão diz respeito a todos os alunos, e não só alguns.

Sendo assim, conclui-se que devemos refletir que escola na perspectiva inclusiva deve ser um local que proporcione às crianças com deficiência, transtornos, Altas Habilidades/supertodação, diferentes formas de estímulos que visem favorecerão

desenvolvimento, observando o potencial de cada criança, pois cada uma delas tem uma forma diferenciada de aprendizagem e isso é possível, porém caberá desde aos seus profissionais o interesse em atuar de forma mais amorosa, compreensiva e participativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Emily. **Cuidador de deficientes suporte para um ambiente escolar inclusivo**. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materia/s/1.html>> Acesso em: 12/ 08/2016.

BOBATH, K. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. São Paulo: Editora Manole, 1984

BOBATH, B. & BOBATH, K.- **Desenvolvimento motor nos diferentes tipos de paralisia cerebral**. São Paulo, Editora Manole, 1978. 123p.

BRENTANI, H, PAULA, C.S.; Bordini, D.; Rolin, D.; Sato, F.; Portolese, J.; Pacifico, M.C. e McCracken, J.T. **Autism spectrum disorders: an overview on diagnosis and treatment**. Rev Bras Psiquiatr. 2013;35(Suppl1):S62-S72. Disponível em: (<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-444620130005000077&script=arttextb>.) Acesso em 17/11/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 2001a, Seção 1E, p.25.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem**. UNESCO. Jomtiem /Tailândia, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Resolução 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p.17

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: UNESCO. 1994.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: Acesso em 17/11/2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS -e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 04/11/2016.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o 3º do art.

98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28.dez.2012. Disponível em [http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=28/12/2012&jornal=1&pagina=2&totalArquiv os=192](http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=28/12/2012&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=192). Acesso em: 20/10/ 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho De 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 07 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **LEI nº93/94, 20 de dezembro de 1996**, estabelece as Leis de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Portaria nº 2.678/02**. Dispõe sobre Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>. Acesso em 21/11/2016.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

FACION, J.R.: **Catalogo de Características e Sintomas para o reconhecimento da Síndrome de Autismo**. H.E. Kehrer; em GAUDERER, Ch.: **Autismo e outros Atrasos do Desenvolvimento**. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. CORDE-Min. Ação Social, Brasília, 1993.

FUNGHETTO. S.S **Criatividade e Educação Especial**: implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educativas especiais. Universitas. FACE, vol 2, nº1.2005.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão. Instrumentos Metodológicos I**. 2ª ED. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

Gauderer, E. C.(1977). **Autismo**. S.P.: ATHENEU.

INEP. **Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado** 2011. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/duvidas-educacao-especial>>Acesso em: 20/ 11/2016.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: SP, Autores Associados, 2004.p.125- 36.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.154.

LIMA, S.R. **Cursos de especialização em educação física e esportes adaptados: onde estão seus egressos?** 1998. 162f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.

Margareth Diniz e Renata Nunes Vasconcelos (org.) **Série Educador em Formação**. Belo Horizonte: Formato, 2004, 187p.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. **Trabalho Docente e Formação de Professores em Educação Especial**. São Paulo: Ed. EPU, 1993. 145 p.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva; contextos sociais** / Peter Mittler; trad. Windyz Brandão Ferreira – Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

PLANALTO, civil. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L7853.html>. Acesso em: 11/07/2016.

PLETSCH, RIZO **Cultura e formação: contribuições para a prática docente** / organizadoras: Márcia a. . Denise Pletsch, Gabriela Rizo.-1 ed - Seropédica: Editora da UFRRJ, 2010.

RODDRIGUES, Sergio. **Estatuto-da-pessoa-com-deficiência**, 2015. Disponível em : <<http://sergiorodriguesadvogado.jusbrasil.com.br/noticias/207009495/nova-legislacao-lei-13146-2015-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em 04/10/2016.

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116 p.

SANTOS, Mônica. **A Inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais**, 1997. Disponível em <<http://www.profala.com/arteducesp36.htm>>. Acesso em: 02/10/2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p.47.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIDA, minha. **Espasticidade: tratamentos e causas**. 2015. Disponível em <<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/espasticidade>> Acesso em: 20/11/2016

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO COM PROFESSORA

1. Qual a sua formação acadêmica?
2. Há quanto tempo trabalha nesta escola?
3. Como é o processo de receber alunos com deficiências na sala de aula?
4. Você gosta de trabalhar com crianças com deficiências?
5. Você elabora seu plano de aula pensando nas crianças com deficiências?
6. Como você se prepara para receber essas crianças? Procura se informar a respeito da deficiência?
7. Se a escola tivesse sala de recursos multifuncionais, você acha que as crianças teriam um melhor atendimento educacional?
8. É informada com antecedência que irá receber uma criança com deficiência em sala de aula?
9. A escola oferece condições estruturais e operacionais para o trabalho com essas crianças?
10. Como você avalia seu trabalho com essas crianças com deficiência, você se considera preparada para atender as necessidades desses alunos?
11. Você conta com profissionais de apoio? Considera importante essa ajuda?
12. Como você avalia o processo da educação inclusiva? E o que considera pontos positivos e negativos deste processo?

QUESTIONÁRIO CUIDADORA

1. Qual a sua formação acadêmica?
2. Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?
3. Gosta de trabalhar com alunos com deficiência?
4. O que você entende por sua função?
5. A professora responsável pela turma planeja a aula juntamente com você?
6. Além de cuidar você auxilia nas atividades em sala?
7. O que você considera pontos positivos e negativos do seu trabalho?
8. Você se considera inclusiva?
9. Você acha que a escola dispõe de recursos para a inclusão?
10. Se a escola tivesse sala de recursos você acha que as crianças teriam um melhor atendimento?

QUESTIONÁRIO COM DIRETOR (A)

1. Qual a sua formação acadêmica?
2. Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?
3. No projeto político pedagógico e no regimento da escola está sendo pensada a educação inclusiva?
4. Como é o processo de inserção dos alunos com deficiência?
5. Qual a sua opinião a respeito da educação inclusiva?
6. Você acha que a escola está sendo inclusiva e de fato está preparada para receber alunos com deficiência?

QUESTIONÁRIO COM ORIENTADORA ESCOLAR

1. Qual a sua formação acadêmica?
2. Há quanto tempo trabalha nesta escola?
3. Como está sendo feita a inserção dos alunos com deficiência na escola?
4. Quais os critérios da escolha dos profissionais que irão lhe dar com os alunos com deficiência?
5. A escola ou a rede municipal oferece cursos de capacitação sobre educação especial para os professores?
6. Como você avalia o processo de inclusão na presente escola?
7. Existem serviços de apoio para esses alunos e pais na escola?

FICHA DOS ALUNOS

NOME:

DATA DE NASCIMENTO:

IDADE:

FILIAÇÃO:

RESPONSÁVEL:

TIPO DE DEFICIÊNCIA:

TEM CUIDADOR?

PROFESSOR(A):

TURNO:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Autorização

AUTORIZAÇÃO DO (A) DIRETOR (A) DA ESCOLA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO REFERENTE AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

A pesquisadora Nadja Karina Ferreira Barbosa, aluna do curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), juntamente com a orientadora: Izaura M. Andrade da Silva, solicitamos a autorização da direção da escola para o desenvolvimento do estudo intitulado “ A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRADO/ PB. ”

Eu li e compreendi as informações fornecidas e recebi respostas para qualquer questão que coloquei acerca dos procedimentos de pesquisa. Eu entendi e concordo com as condições do estudo como descritas. Eu, voluntariamente, dou meu consentimento à realização da pesquisa na escola sob minha direção. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima.

João Pessoa, _____ de _____ 2016.

Nome do (a) diretor (a) da Escola Municipal:

Assinatura do (a) diretor (a) da Escola Municipal

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Data:

Aluno/aluna:

Turma:

Professora:

Característica das crianças:

Entrada e saída dos alunos na escola:

Acolhimento da professora e cuidadora para com as crianças:

Comportamento e interações da turma:

Atividades e disciplina trabalhada:

Dinâmica da professora em grupo:

Inclusão das crianças com deficiência e TEA na sala de aula:

Formas de avaliação:

Relacionamento e afetividade da professora para com os alunos:

Papel da cuidadora:

Atividades desenvolvidas por elas:

Adaptações curriculares e físicas:

Situações relevantes do período de observação:

